

Sociedade Civil e participação cidadã em São Paulo
Sociedad Civil y participación ciudadana en São Paulo

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos (UFPB)
e-mail: marceloburgos@cchla.ufpb.br

Cláudio Luis Camargo Penteadó (UFABC)
e-mail: claudio.penteadó@ufabc.edu.br

Rafael de Paula Aguiar Araújo (PUC-SP/FESPSP)
e-mail: rafa77@uol.com.br

Participación, representación y actores sociales

Nuevas formas de participación política

**Acción colectiva y participación ciudadana en América
Latina**

Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013."

Resúmen:

La transformación de las sociedades contemporáneas, en aquello que se denomina *Sociedad en Redes*, ha producido nuevas formas de actuación y de representación política en diversos países beneficiados por las Tecnologías de Información y Comunicación (TICs). Estas se destacan en la sociedad actual por contribuir significativamente en diversos cambios ya sea en las relaciones sociales, sistemas políticos y representación política, creando una agenda de acciones políticas, que pueden colaborar en el desarrollo de los procesos democráticos, abriendo una nueva perspectiva en la relación entre Estado y Sociedad Civil.

Este trabajo analiza los nuevos usos que la sociedad civil hace de las TICs participando activamente de la vida pública, ampliando el alcance y la capacidad de movilización y articulación de los ciudadanos, posibilitando mayor participación de los actores sociales en los procesos políticos.

Es el caso de la Rede Nossa São Paulo (RNSP), movimiento de la sociedad civil que reúne cerca de 700 instituciones con el objetivo común de ampliar y fortalecer la participación democrática y el empoderamiento ciudadano en la ciudad más grande de Brasil, actuando bajo el objetivo de desarrollar diversas acciones políticas en la promoción y práctica de la ciudadanía.

Esta organización procura garantizar una fuerza política capaz de actuar en la agenda de la administración de la ciudad, mejorando la vida de sus habitantes. La iniciativa actúa sobre la propuesta de una agenda de discusiones sobre la ciudad, además de pensar en su propia planeación, así como el establecimiento de metas que serán, posteriormente, exigidas a la Cámara Municipal (Legislativo) y así mismo a la Alcaldía (Poder Ejecutivo).

Esta investigación presenta los primeros resultados de un trabajo que analizó 13 organizaciones virtuales que actúan especialmente dentro del ciberespacio en diferentes esferas (movilidad urbana, participación política virtual, medio ambiente, educación, etc) y como se organizan para la acción y participación política.

Resumo:

As transformações das sociedades contemporâneas, naquilo que se denomina *Sociedade em Redes*, tem produzidos novas formas de atuação e da representação políticas em diversos países auxiliados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Estas se destacam na sociedade atual por contribuírem significativamente em diversas mudanças seja nas relações sociais, sistemas políticos, representação política, criando uma agenda de ações políticas, que podem auxiliar no desenvolvimento dos processos democráticos, abrindo uma nova perspectiva na relação entre Estado e Sociedade Civil.

Este trabalho analisa os novos usos que a sociedade civil faz das TICs participando ativamente da vida pública, ampliando o alcance e a capacidade de mobilização e articulação dos cidadãos, possibilitando maior participação dos atores sociais nos processos políticos.

É o caso da Rede Nossa São Paulo (RNSP), movimento da sociedade civil que reúne cerca de 700 instituições com o objetivo comum de ampliar e fortalecer a participação democrática e o empoderamento cidadão na maior cidade do Brasil, atuando com objetivo de desenvolver diversas ações políticas na promoção e prática da cidadania.

Esta organização procura garantir uma força política capaz de atuar na agenda de administração da cidade, melhorando a vida de seus habitantes. A iniciativa atua na proposição da agenda de discussões sobre a cidade além de pensar o seu próprio planejamento, assim como o estabelecimento de metas que serão, posteriormente, cobradas tanto da Câmara Municipal (Legislativo) como também da Prefeitura (Poder Executivo).

Essa pesquisa apresenta os primeiros resultados de um trabalho que analisou 13 organizações virtuais que atuam especialmente dentro do ciberespço em diferentes áreas de atuação (mobilidade urbana, participação política virtual, meio ambiente, educação, etc) e como se organizam para a ação e participação política.

1) Introdução – Tics e Participação Política

Os atuais processos de tecnicização, informatização e globalização da sociedade provocam profundas alterações em diversas áreas da organização social, no modo de produção econômico e na dinâmica política. Todas essas mudanças apontam para uma valorização do conhecimento e da informação como fontes de poder. Nesse sentido, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm se destacado na sociedade contemporânea por contribuírem de modo significativo para mudanças nas relações sociais, nos sistemas políticos ou mesmo na produção de novos valores, sejam estes econômicos, culturais, sociais ou políticos. Trata-se não apenas de uma transformação das políticas institucionais, mas também da ocupação de outras arenas públicas.

Esse movimento começa a se desenvolver a partir de fins da década de 90, as TICs abrindo novas possibilidades para que a sociedade civil possa participar ativamente da vida pública, ampliando a capacidade de mobilização e a articulação dos cidadãos, e possibilitando uma maior participação de atores sociais. Exemplos dessas possibilidades foram as ações e protestos anti-globalização que se espalharam pelo mundo a partir de Seattle (EUA) e Gênova (Itália). A arquitetura em rede da Internet, somada às ferramentas de interação, possibilitou novas formas de organizações sociais e uma criativa agenda de ações políticas, que podem significar um avanço no desenvolvimento dos processos democráticos. Essas tecnologias possibilitam novos mecanismos de comunicação com o Estado e viabilizam diferentes articulações da sociedade civil. As TICs, nesse sentido, têm sido usadas tanto por órgãos e instituições estatais como por indivíduos e grupos sociais organizados.

Nessa perspectiva, tanto o Estado como a sociedade civil se articulam com o uso dessas ferramentas para fazer valer seus pontos de vista e articulações políticas. Quando as ações partem do Estado para a sociedade civil ficam conhecidas como modelos *top-down*, ou seja, de cima para baixo. Quando, ao contrário, partem da sociedade civil para o Estado, o modelo é denominado de *botton-up*, de baixo para cima. Ambos são muito utilizados para pensar o fazer político e a participação democrática. Atualmente, na literatura da Ciência Política, têm sido encarados como modelos de discussão e implementação das políticas públicas. Assim, quanto maior o diálogo ou contatos porosos entre Estado e sociedade civil mais se definem como democráticas as políticas realizadas.

O próprio Estado ao perceber as possibilidades de uso dessas ferramentas como instrumento político tem procurado criar e ampliar espaços para a participação. No Brasil, um exemplo disso é a criação do projeto E-Democracia pela Câmara dos Deputados, pelo qual qualquer cidadão encontra espaço para sugestão, debates e encaminhamento de propostas que podem ser discutidas no Congresso Nacional, ampliado a possibilidade do exercício democrático.

Podem ser observadas nos últimos anos diversas mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil. Novos arranjos societais implicam em um novo *modus operandi* a partir de algumas características da sociedade civil contemporânea como sua fragmentação, complexidade e pluralidade (em diversas áreas, tais como ambientalismo; direitos humanos; saúde; educação; cultura etc.). Por outro lado, o Estado também passa por mudanças significativas em sua organização e funcionamento, principalmente após anos de governos neoliberais no Ocidente. O enfraquecimento do Estado também auxilia no crescimento e desenvolvimento da organização da sociedade civil. Assim, esses novos arranjos institucionais e sociais aumentam significativamente os espaços de participação cidadã.

Pode-se afirmar que a democracia representativa tem passado por dificuldades de legitimação e funcionamento que acabam produzindo e gerando um incremento da democracia participativa, que amplia as possibilidades de participação cidadã. Como consequência, a política, para os cidadãos, aos poucos, deixa de ser uma prerrogativa do Estado e passa a incorporar novos atores e práticas, que geram novas formas de intervenção no processo político. Em outras palavras, há um processo de redistribuição e reorganização dos poderes políticos. Ademais, o fortalecimento desses movimentos de cidadania passam a legitimar o próprio fazer democrático.

Jorge Alberto Machado (2007) lembra que a institucionalização dos movimentos sociais é algo presente no mundo todo. De acordo com o autor:

Com sua “institucionalização” como ator social necessário para o aperfeiçoamento da democracia, vimos que os movimentos sociais passaram a ser provavelmente, os mais dinâmicos catalizadores das tensões e conflitos sociais. Portanto, na travessia dos anos noventa e no início do século XXI, os movimentos sociais adquiriram um papel-chave como ator político em um Estado democrático, pela importância reconhecida como portador legítimo e representante dinâmico de reivindicações de diferentes setores da sociedade civil (Machado: 2007, 259).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF88) incentivou a organização da sociedade civil para lutar e reivindicar direitos e participação política nas decisões do

Estado, depois de mais de 20 anos de ditadura militar, quando a participação popular e da sociedade civil foram sufocadas. Inclusive a Carta Magna defendia a soberania popular a partir do:

sufrágio universal e pelo voto direto e secreto mediante os instrumentos do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular. No caso da iniciativa popular legislativa, trata-se de um mecanismo de participação direta da população no exercício do poder de elaboração de uma lei que será submetida à aprovação no Congresso Nacional (Fleury: 2013, 252-3).

Assim, a partir da CF88, começam a ser estimuladas a participação popular da sociedade civil. Diversos Conselhos passam a existir com a intenção de subsidiar reuniões, encontros, debates e discussões sobre as políticas públicas que devem e deveriam ser adotadas pelo Estado em todas as suas esferas: municipal, estadual e federal. Exemplo muito conhecido e estudado dessa iniciativa é a experiência do Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre (RS) no início dos anos 90. Atualmente, algumas cidades brasileiras como Recife e Belo Horizonte, têm radicalizado as experiências de OPs, ao adotarem o chamado Orçamento Participativo Digital (OPD) feito com base na participação *online*.

Como consequência desse “apoio” constitucional, a partir da década de 90 começaram a surgir leis a partir da iniciativa popular, possibilidade também contemplada na CF 88. Um exemplo mais recentemente da lei de iniciativa popular é a “Lei da Ficha Limpa” (2010)¹.

Dessa maneira, sobretudo depois do advento da Web 2.0, os usos da Internet pela sociedade civil têm possibilitado novas formas de participação política. Isso deriva das facilidades com que as informações circulam e atuam na formação da opinião pública e, mais importante ainda, pela possibilidade de se exercer pressão nos gestores públicos para que as demandas da sociedade civil sejam contempladas no campo político e, nos casos analisados aqui, nas definições e implementações de políticas públicas.

Nesse contexto surgiu um novo termo para esta nova prática política: democracia digital. José Eisenberg (2013) define democracia digital como “um ímpeto por democratização da sociedade utilizando-se a internet” (Eisenberg: 2013,

¹ Apesar do inegável avanço que esta lei propõe, ela ainda não pôde ser aplicada pois graças aos desenhos institucionais precisou ser regulamentada pelo Congresso Nacional e interpretada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em Brasília.

254). Neste ponto de vista não seria uma nova forma de democracia, mas o uso de ferramentas da Web para sua consolidação. Para este autor

a democracia digital pode ser compreendida de três perspectivas distintas: a universalização da participação política (democracia participativa), a redemocratização da representação (democracia representativa) e a democratização da informação (democracia deliberativa). (Eisenberg: 2013, 254).

Ainda de acordo com Eisenberg (2013) a internet vem auxiliando na transformação da democracia participativa através (1) da redução do custo da ação coletiva ao dispor informações e materiais de divulgação de ideias; (2) da redução do custo de participação dos agentes individuais; (3) formação de novas identidades coletivas através de espaços temáticos; (4) horizontalidade da comunicação² e; (5) possibilidade dos movimentos sociais avaliarem a repercussão das atividades políticas.

Assim, mesmo que a democracia participativa não esteja plenamente incorporada à sociedade, ela passa a ter presença cada vez mais importante dentro do funcionamento da democracia representativa atual. As redes sociais são convertidas em um novo espaço público que encoraja a participação dos mais variados atores sociais nas suas lutas e reivindicações políticas.

A sociedade civil atual tem na participação cidadã uma importante ferramenta de ação política. A participação cidadã aparece quando as pessoas assumem protagonismos de um processo político (ou social e também cultural) através de ações coletivas organizadas e expressas em arenas públicas. Existem várias dimensões de participação que podem ser sublinhadas pela gestão nos processos de políticas decisórias, seus aspectos educativos e o controle dos cidadãos sobre as políticas públicas, também conhecido como accountability vertical (GOHN, 2010). Essa participação tornaria o cidadão mais ativo, permitindo um maior engajamento político e uma maior percepção da coletividade, fomentando e consolidando a democracia (MEIJER et al, 2009).

A participação cidadã possibilita aos sujeitos dizer diretamente o que desejam. Com isso os indivíduos e minorias, normalmente alheios aos processos políticos, ganham voz. Esse processo, além de encorajar habilidades e virtudes cívicas, potencializa a possibilidade de deliberação pública, o que pode gerar decisões

² A horizontalidade da comunicação é uma das principais características das Internet e sua organização em rede. Sendo esta uma das propriedades que mais a distinguem da mídia tradicional.

fundamentadas e racionalizadas. A racionalização do bem comum, segundo Michels (2011) potencializa os resultados de processos democráticos.

Assim, a participação dos cidadãos pode ser considerada uma característica importante da democracia contemporânea, contribuindo para uma maior eficiência e eficácia na implementação das políticas públicas, sobretudo porque os interessados também cooperam para a solução dos problemas (PAPADOULOS & WARIN, 2007).

A Internet oferta novos meios para os cidadãos participarem da vida política, ao criar mecanismos para o desenvolvimento da participação online e disponibilizar ferramentas que permitem aos indivíduos buscarem soluções coletivas para os problemas da sociedade. As possibilidades abertas pelas TICs introduzem transformações que modificam e diversificam as formas de participação civil, estimulando a intervenção popular na formulação e no processo decisório das políticas públicas, e também nos processos de implementação e avaliação das mesmas (Penteado et al, 2012b).

O presente artigo analisa os usos políticos que uma associação da sociedade civil brasileira (Rede Nossa São Paulo) faz das TICs na tentativa de organizar reivindicações e demandas da sociedade, tentando pautar a prática política na cidade de São Paulo. Mais ainda, atuando como organização que fomenta a participação cidadã na prática política brasileira.

2) Rede Nossa São Paulo (RNSP)

Criada em maio de 2007 com o nome Movimento Nossa São Paulo, passou a sua denominação atual em outubro de 2010. O projeto nasceu a partir da organização da sociedade civil com a intenção de ser um movimento político que procura pautar suas ações para “recuperar para a sociedade os valores de desenvolvimento sustentável, da ética e da democracia participativa”³. A iniciativa procura garantir uma força política para atuar na proposição da agenda de discussões sobre a cidade além de pensar o próprio planejamento da mesma, assim como o estabelecimento de metas que serão, posteriormente, cobradas tanto da Câmara Municipal como também do Poder Executivo. Em sua carta de princípios, a RNSP se apresenta como movimento da sociedade civil, pautado por três pilares democráticos: equidade, participação e transparência.

³ Disponível em www.nossasaopaulo.org.br. Acesso em 07/08/13.

A RNSP atua na zona metropolitana de São Paulo, principalmente na cidade de São Paulo. Contudo, por meio de suas conexões (princípio de rede), também desenvolve ações em outras localidades, atuando em parceria com outras redes ou movimentos sociais, situados fora da região metropolitana e até mesmo do Estado ou ligadas a redes cívicas internacionais. Essa desterritorialização é possibilitada pelas TICs e contribui para o processo de circulação de ideias, tornando a ação política mais porosa pela presença e participação de outros atores da sociedade civil.

A iniciativa da sociedade civil teve como principais articuladores o empresário Oded Grajew, um dos criadores do Instituto Ethos e Fundação Abrinq. Os empresários Ricardo Young e Guilherme Leal, ligados ao grupo Natura, também lideraram a iniciativa. A idéia surge de movimentos semelhantes que ocorreram em Bogotá (Colômbia) e Barcelona (Espanha). Estes pioneiros já tinham uma trajetória de ações políticas. Oded Grajew foi assessor especial do presidente Lula e Guilherme Leal foi candidato à vice-presidência da República nas últimas eleições brasileiras (2010), na chapa encabeçada por Marina Silva (PV). Além destes, a RNSP conta com apoio de diversas outras lideranças comunitárias, empresariais e apoios institucionais, contando, no momento de finalização deste artigo, com 698 instituições, dentre empresas, fundações, associações, ONGs, movimentos sociais e sindicatos. (ARAÚJO et al, 2012)

De acordo com Fiabane (2011), o movimento Rede Nossa São Paulo procura desenvolver suas ações em quatro perspectivas diferentes, a saber: a) programa de indicadores e metas; b) acompanhamento cidadão; c) educação cidadã e; d) mobilização cidadã. Percebe-se aqui, uma tentativa por parte do movimento de colaborar com a administração da cidade e a governança, estreitando a relação entre poder público e cidadãos em geral. Cabe ressaltar ainda que o Programa de Indicadores e Metas se constitui em um banco de dados virtual com os indicadores sociais da Prefeitura e sub-prefeituras elaborados através de dados oficiais e, posteriormente, publicados e disponibilizados, podendo ser acessíveis via Internet para qualquer cidadão.

A RNSP já articulou uma votação pela internet na qual os cidadãos deveriam priorizar, a partir de uma lista, as suas preferências sobre assuntos relativos à cidade, tais como: educação, saúde segurança, habitação, lazer, transporte e mobilidade, cultura, meio ambiente, entre outros temas. As preferências da sociedade civil foram elencadas e levadas ao Executivo e Legislativo como reivindicações que deveriam ser

atendidas. Além disso, estabelece um plano de metas que deve ser cumprido a cada ano. A RNSP conta também com apoio da mídia tradicional como, por exemplo, o jornal Folha de S.Paulo que divulga as pesquisas realizadas pela Rede. Assim, também é possível notar que a RNSP consegue, por vezes, pautar a agenda da mídia tradicional⁴ (ARAÚJO et al, 2012).

Para compreender as estratégias de ação e organização interna, foi realizada uma análise da dinâmica interna da RNSP, por meio de uma dupla abordagem: primeiro, o estudo dos projetos desenvolvidos e do uso da internet e, segundo, a avaliação dos bastidores da Rede. Essas duas abordagens permitem uma identificação das estratégias de ação e uma leitura crítica do impacto dessas ações nos processos políticos.

Nesse sentido, a RNSP opera por meio da formação de uma agenda social construída coletivamente por seus membros e parceiros, articula e promove ações sociais em prol de políticas públicas para a cidade, organiza protestos sociais, desenvolve projetos e programas, em articulação com seus membros e parceiros, e exerce pressão política sobre os representantes políticos (Penteado et al: 2012b).

2.1. Avaliação dos bastidores da RNSP

2.1.1 Organização interna

Com o intuito de conhecer as estratégias de articulação da Rede Nossa São Paulo e compreender sua organização interna, Maurício Broinizi, coordenador da secretaria executiva da Rede Nossa São Paulo, foi entrevistado⁵. A secretaria executiva é formalizada na figura jurídica do Instituto São Paulo Sustentável (ISPS). O instituto é composto por 16 profissionais que são responsáveis pela logística da Rede; pelo abastecimento do Observatório Cidadão (portal eletrônico que divulga os índices da cidade desenvolvidos pelos membros da RNSP); pelo oferecimento de suporte aos grupos de trabalho temáticos e para a realização dos eventos; pela manutenção dos fluxos de comunicação e pelo gerenciamento dos recursos.

⁴ Por exemplo, no dia 5 de fevereiro, a FSP publicou reportagem sobre a desigualdade paulistana com base em pesquisa feita pela RNSP. Além disso, uma semana antes, havia publicado artigo de Oded Grajew, sobre a mesma temática. Mais detalhes: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/24153-estudo-escancara-desigualdade-paulistana.shtml>>. Ver também: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/22778-cidade-desigual.shtml>>.

⁵ A entrevista ocorreu no dia 8 de agosto de 2012, no escritório da secretaria executiva da Rede Nossa São Paulo.

A secretaria, formada por um corpo profissional e operacional, recolhe e articula dados para desenvolver indicadores, faz georeferenciamento e produz o mapa da desigualdade, por exemplo. Para tanto, há um coordenador de área e uma pessoa responsável pelo tratamento estatístico dos dados. A Rede também conta com dois jornalistas que alimentam e fazem a manutenção do website e cuidam do fluxo de informação da Rede como um todo. Através dos jornalistas a RNSP dá voz às pessoas envolvidas com as ações propostas e os temas que estão sendo discutidos, além de realizar a assessoria de imprensa. O contato com a mídia tradicional é um dos elementos centrais para o sucesso das ações promovidas pela Rede.

2.1.2. Grupos de trabalho

A secretaria executiva operacionaliza 16 grupos de trabalho (GTs) divididos por temas: assistência social; cultura; educação; meio ambiente; orçamento; trabalho e renda; acompanhamento da Câmara Municipal; criança e adolescente; comunicação; democracia participativa; esporte e lazer; indicadores; jurídico; juventude; mobilidade urbana e saúde. O trabalho da secretaria executiva alimenta e articula o trabalho dos GTs, que se valem dos indicadores para fazer o monitoramento do desenvolvimento das políticas públicas em suas respectivas áreas. Os grupos de trabalho possuem dinâmicas próprias, acordadas entre os membros. A participação é voluntária e aberta a qualquer um. Os grupos frequentam as comissões de trabalho na Câmara Municipal e participam de audiências públicas, além de reunirem-se presencialmente para a elaboração de propostas e a articulação de ações pontuais. Os GTs também mantêm uma comunicação virtual e alguns possuem site próprio hospedado no portal da RNSP.

Esses grupos também contam com a participação de outras organizações não-governamentais, que oferecem sua estrutura para o desenvolvimento das ações. Assim, o GT de educação, por exemplo, conta com a participação e colaboração do Instituto Paulo Freire⁶, o Cenpec⁷ e a Ação Educativa⁸, outras organizações da sociedade civil que são referências na área e somam forças à RNSP no desenvolvimento de ações estratégicas e no monitoramento das políticas.

6 <http://www.paulofreire.org/>

7 <http://www.cenpec.org.br/>

8 <http://www.acaoeducativa.org.br/>

O trabalho dos GTs materializa o espírito de atuação da RNSP. Sua idéia é que haja um trabalho colaborativo entre os participantes, buscando sinergias entre associações que têm objetivos comuns. Dessa forma é possível somar esforços e acelerar os processos. Às vezes os grupos de trabalho se reúnem no próprio escritório da RNSP, às vezes, quando os participantes são muito numerosos, é preciso buscar um outro lugar para a reunião, em geral em ONGs participantes. Outras vezes não acontecem encontros presenciais e os grupos articulam fóruns virtuais através de e-mails. No caso específico do GT de orçamento, a composição é mais técnica e o número de participantes é menor. O grupo de trabalho de acompanhamento da Câmara Municipal, por sua vez, soma esforços com outras entidades, como o Instituto Agora⁹, para que as atividades parlamentares sejam monitoradas e haja participação nas comissões. Segundo Maurício Broinizi, há uma transversalidade muito grande na RNSP, o que funciona como estratégia de fortalecimento dos vínculos e amplia a responsabilidade dos participantes.

Ocorrem também reuniões periódicas entre os diversos grupos de trabalho, além de reuniões com o colegiado do movimento, uma espécie de conselho formado pelos primeiros membros que fundaram a RNSP. Esse colegiado reúne-se uma vez por mês para pensar questões mais delicadas, tais como declarações oficiais que levarão o nome da Rede. Foi o colegiado que decidiu por mudar o nome de “movimento” para “rede”. Esse conselho ajuda os GTs a pensarem suas estratégias e contribui para o desenvolvimento das ações, no entanto, não se trata de uma organização vertical. Os GTs têm autonomia para estabelecerem uma agenda de ações e o colegiado assume um caráter consultivo.

2.1.3. Mobilização política, influência e estratégias de ação

Segundo Maurício Broinizi, a RNSP tem capacidade de exercer pressão política junto ao governo, especialmente por sua capilaridade e capacidade de mobilização. A RNSP possui credibilidade pelo significativo conjunto de instituições que a apoiam e integram a Rede, além de haver um policiamento para que discursos ideológicos não sejam feitos, preferindo trabalhar com dados e experiências concretos, nesse sentido é que produz os indicadores que abastecem as ações e intervenções pontuais junto aos órgãos públicos.

⁹ <http://www.institutoagora.org.br/>

A “boa relação” com a Câmara Municipal é fruto dessa credibilidade e também da articulação que a RNSP possui com os meios de comunicação tradicionais. É frequente que seus representantes publiquem artigos, sejam entrevistados ou mesmo que a Rede seja citada na Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, ou em rádios como a CBN (ligado às Organizações Globo). No entanto essa boa relação não é homogênea. Alguns vereadores compreendem as propostas da rede, outros não. Como exemplo do bom relacionamento da RNSP com a comissão de transportes da Câmara, a Rede apresentou uma proposta de emenda de 15 milhões de reais para um plano de mobilidade urbana que foi aprovada.

As propostas são apresentadas a partir de estudos técnicos realizados pela secretaria executiva e por colaboradores, às vezes as propostas também são seguidas de mobilizações organizadas pela Rede, o que amplia a pressão junto aos órgãos públicos.

No caso específico do plano de mobilidade a RNSP construiu diretrizes a partir de seis seminários organizados em conjunto com a comissão de transportes, buscando inspirações em casos como o da cidade de Bogotá, que enviou representante para contribuir com os debates. O plano de mobilidade era uma exigência prevista no Plano Diretor de 2002 na cidade de São Paulo, mas que nunca foi realizado, então a RNSP se articulou para fazê-lo, a Câmara o aprovou em 2010, mas nunca foi implementado pela secretaria de transportes.

Recentemente a RNSP elaborou um plano municipal de educação com o intuito de melhorar a qualidade da educação na cidade de São Paulo, mas ainda não foi enviado para a Câmara Municipal. Segundo Maurício Broinizi existe uma resistência do Estado aos projetos que vem da Rede e da sociedade civil como um todo. Muitos dos parlamentares e funcionários do governo sentem-se confrontados, entendendo que a RNSP está fazendo o seu trabalho. Trata-se de uma visão muito limitada de democracia, muito afeita à democracia representativa liberal e distante dos mecanismos da democracia participativa. A prova está no fato de que muitos dos Conselhos Municipais, previstos na CF 88, jamais terem sido criados, ou, quando existem, possuírem um funcionamento precário, muitas vezes boicotados pelos representantes do governo. Falta uma cultura de participação na população, mas também nos partidos políticos. Isso é sentido pela RNSP e serve de pano de fundo para o estabelecimento das estratégias de ação.

Com essa percepção, a RNSP tenta lidar com essa resistência mantendo relações cordiais com o maior número possível de representantes do Estado, mas também entende a necessidade de exercer pressão para que as propostas sejam recebidas. Assim, convoca personalidades com prestígio em diferentes meios para participarem e agregar valor simbólico às propostas, procura manter-se nos meios de comunicação de massa, muitas vezes pautando a agenda ao apresentar resultados de pesquisas ou pressionar candidatos a aderirem a planos de metas e outros compromissos. Então faz parte da estratégia política envolver lideranças comunitárias e dar voz a outras instituições ampliando a sinergia e o peso simbólico das ações; mas também é estratégico manter um programa de rádio na programação da CBN e oferecer indicadores aos jornalistas sempre que precisam. Isso significa que toda a semana a RNSP é citada nos meios de comunicação de massa e cada vez mais sua atuação passa a ser vista como referência.

Por outro lado, sabendo que a dinâmica interna do Estado não é totalmente condicionada pelas pressões da sociedade civil organizada, a RNSP procura ocupar os espaços de participação institucionais. Assim, está presente nas audiências públicas com técnicos e informações recentes sobre a cidade, extraindo dos representantes do governo justificativas mais qualificadas, que não seriam dadas à população leiga. Essa presença tem sido vista como uma forma de elevar o debate político e exercer pressão sobre o desenvolvimento das políticas públicas. Existe uma clara percepção de que nos principais atores envolvidos com as ações da RNSP a participação política deve ser estimulada, isso significa valorizar os espaços já existentes de atuação, bem como firmar parcerias com outras instituições que tem propósitos semelhantes. Mas o estímulo à participação implica também o envolvimento do Estado e a criação de uma nova visão sobre cidadania. Então a RNSP toma o cuidado do apartidarismo e de dar ênfase a argumentos técnicos em suas propostas, para diminuir as resistências encontradas no poder público. Mantém também seus projetos em funcionamento, sem deixar que esmoreçam, procurando envolver o maior número de pessoas.

Com a mudança na administração da cidade, o atual prefeito Fernando Haddad (2013-2016), tem aumentado o diálogo com a RNSP e adotado um programa de governo mais participativo, com a adoção de um planejamento participativo dentro das subprefeituras e outras práticas de democracia participativa que encontra espaço para divulgação e publicidade dentro dos fóruns da Rede na internet, tanto em sua webpage, como em sua página no Facebook.

2.2 Avaliação do uso da internet

A internet é considerada pelo coordenador da RNSP o elemento central de articulação das ações. É usada para a comunicação entre os membros, mas também com a sociedade de forma geral. Quase tudo na RNSP ocorre através da comunicação virtual, desde a circulação de atas e comunicados, até a convocação de reuniões e debates. Há também um boletim semanal que é enviado por correio eletrônico, que conta com cerca de 35.000 pessoas cadastradas, que informa as principais ações da RNSP em São Paulo e nos outros estados brasileiros e faz uma seleção das principais matérias veiculadas pela mídia em que a Rede foi citada. Através da internet a RNSP também amplia a participação da população em suas ações.

Como exemplo, para a realização do IRBEM (Indicadores de Referência de Bem-estar do Município) foi feita uma consulta pública que teve a participação de cerca de 37.000 pessoas que apontaram os itens mais importantes para a qualidade de vida na cidade, que foram agrupados em 25 temas. Posteriormente o IBOPE, parceiro da RNSP, foi às ruas para a qualificação da pesquisa, avaliando como as pessoas de diferentes regiões da cidade viam os temas levantados através da consulta pública. Outro exemplo que contou com o uso da internet como fonte de ampliação da participação foi a campanha “Você no parlamento”, formalizada através de um termo de cooperação com a Câmara Municipal de São Paulo, que obteve apoio da mídia tradicional como, por exemplo, O Estado de S.Paulo, ESPN e Rede Globo. A campanha viabilizou uma consulta pública que obteve a participação de cerca de 34.000 cidadãos, que escolheram prioridades em diversas áreas, com o intuito de orientar o trabalho dos vereadores. Outra ação que contou com a internet de forma direta foi o Fórum Nossa São Paulo, por onde a população encaminhou 1500 propostas para a cidade, com as quais a RNSP construiu um banco de propostas encaminhado aos candidatos à prefeitura de 2008. Alguns dos candidatos chegaram a incorporar parte das propostas em seus planos de governo, o que é indicador da influência exercida pela Rede.

O Programa Cidades Sustentáveis, que é uma das principais ações presentes na RNSP, também tem na internet um elemento estratégico. O programa tem por finalidade sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma sustentável. Para tanto oferece uma plataforma que contém uma agenda de sustentabilidade para diferentes áreas da gestão pública,

além de um banco contendo casos exemplares de soluções para diferentes problemas urbanos. O programa também inclui indicadores que são apresentados como parte dos compromissos de candidatos às prefeituras. Em anos eleitorais, há espaço para partidos e candidatos do Brasil inteiro aderirem à carta de compromisso e terem seus divulgados nomes na lista de signatários. A internet é usada para ampliar a participação e compromisso dos candidatos e para a realização de campanhas de valorização de uma agenda sustentável.

Por exemplo, a realização de um Twitaço (#EuVotoSustentável) no dia 24 de agosto de 2012, que utilizou, além das redes sociais, a imagem de pessoas estratégicas para convocar a participação. Uma semana antes do dia marcado para o twitaço, a Rede iniciou campanha no Facebook e enviou e-mail a todos os seus assinantes convocando à participação. O e-mail foi assinado pelos atletas Raí, Lars Graef e Ana Moser, além de Frei Betto e Maria Alice Setúbal (ligados, respectivamente ao movimento pastoral religioso e aos empresários da educação). Soma-se aos recursos da internet a credibilidade de lideranças como estratégia de mobilização.

2.2.1 Uso das Redes Sociais (Facebook)

A RNSP tem perfil nas redes sociais do Twitter e Facebook. Para esse artigo, a análise será centrada no uso do segundo devido sua maior penetração na população de internautas. A rede social preferida pelos internautas é o Facebook, que em outubro de 2012 chegou a marca de um bilhão de usuários em todo o mundo. O Brasil é o segundo em número de usuários, com mais de 70 milhões de perfis ativos na rede, segundo dados do site Social Bakers¹⁰, atingindo 88% da população online brasileira.

Segundo os dados disponibilizados em sua Fan Page¹¹, em 04/06/13, a RNSP contava com 434 “pessoas falando sobre isso” e 3.560 de “total de opções de curtir”. Sendo que a semana de 13/01/2013 foi a semana mais popular da página, além disso, a cidade de São Paulo é a mais popular (como esperado) e seus usuários principais é constituído por jovens de 25 a 34 anos.

O uso do Facebook pela RNSP é marcado pela disponibilização de informações sobre as diversas ações desenvolvidas pela Rede, como o Cidade

10 Informações disponíveis em: <http://www.socialbakers.com/facebook-statistics/brazil>. Data de acesso: 15/04/13.

11 Fan Page é uma página específica dentro do Facebook direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos ou organizações como o caso da Rede Nossa São Paulo. A página disponibiliza para os proprietários estatísticas das pessoas que acessam e permitem que se desenvolvam aplicativos que permitem qualquer tipo de interação dando mais força para campanhas e mobilizações dentro da rede social. Disponível em: <http://www.facebook.com/nossasaopaulo>. Acesso em: 04/06/2013.

Sustentáveis (já citado acima), Combate a desigualdade e o novo Plano Diretor de São Paulo¹³, Conferência Municipal de Debates para Desenvolvimento Urbano (debate que faz parte do Plano Diretor Participativo do atual prefeito Fernando Haddad), Mostra de Cinema Ambiental, entre as diversas ações promovidas pela entidade. São publicadas em média de 3 a 5 notícias/informações por dia, garantindo uma alta frequência de informações e uma constante atualização, indicando o uso efetivo da rede social como ferramenta de comunicação.

Uma análise qualitativa permite observar que esse espaço de comunicação interativo tem a função de aumentar a visibilidade dos programas e ações da RNSP, assim como divulgar práticas sustentáveis e participativas dentro da cidade de São Paulo. Também é importante ressaltar que o espaço é empregado para a promoção das campanhas e ações cívicas.

Em relação a interatividade, percebe-se uma baixa participação dos leitores, identificados pelo baixo número de “curtir”, “comentários” e “compartilhamento” (ferramentas interativas que a rede social disponibiliza para seus usuários), principalmente em relação aos comentários das publicações que são bem abaixo das outras duas formas. Esses dados sinalizam que a RNSP tem ainda baixo retorno dos internautas por seus conteúdos.

3) Rede Nossa São Paulo (RNSP) e o Mapa da Participação Cidadã

Em seu portal, dentre muitas outras ações, a RNSP disponibiliza o Mapa da Participação Cidadã¹². Trata-se de uma plataforma que permite localizar distintas instituições que atuam na cidade de diferentes formas (associações de bairros, conselhos municipais, organizações não governamentais, sindicatos etc.), dentre as quais se destacam 13 organizações virtuais¹³ que atuam especialmente dentro do ciberespaço em diferentes áreas de atuação (mobilidade urbana, participação política virtual, meio ambiente, educação etc), são elas: Cidades Democráticas¹⁴; Vote na Web¹⁵; Urbanias¹⁶; SACSP - Sistema de estatísticas e acompanhamento das reclamações dos munícipes da cidade de São Paulo¹⁷; Observatório da Educação¹⁸;

12 Disponível em: <http://www.mapadaparticipacao.org.br/>. Acesso em 22/03/13

13 A denominação “organizações virtuais” foi usada pelos desenvolvedores do Mapa da participação como uma categoria classificatória.

14 Disponível em: <http://www.cidadedemocratica.org.br/>.

15 Disponível em: <http://www.votenaweb.com.br/>.

16 Disponível em: <http://www.urbanias.com.br/>

17 Site fora do ar.

18 Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/>.

Movimento Respira São Paulo¹⁹; Ciclocidade - Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo²⁰; Associação Bike Brasil²¹; Transporte Ativo²²; CicloBr²³; Good News Brasil²⁴; Arqueiros do Apocalipse ZenSurreal - Espaço de Criação da Arte Viva Quotidiana²⁵; e Hortelões Urbanos²⁶. Para a realização dessa pesquisa selecionamos essas organizações, com o objetivo de desenvolver um índice de participação política online capaz de hierarquizar experiências de acordo com sua capacidade de interferência no processo decisório das políticas públicas.

Do total das 13 organizações virtuais cadastradas, duas se encontravam fora do ar (SACSP - Sistema de estatísticas e acompanhamento das reclamações dos municípios da cidade de São Paulo e Arqueiros do Apocalipse ZenSurreal - Espaço de Criação da Arte Viva Quotidiana – AAZS-ECAVQ) isto é, seus endereços eletrônicos informavam que estavam em manutenção (SACSP) ou conteúdo indisponível (Arqueiros), durante o período de análise (fevereiro a março 2013). Essas duas entidades não foram estudadas. Segue abaixo o perfil das outras onze organizações virtuais estudadas:

3.1. Associação Bike Brasil

A Associação Bike Brasil é uma associação virtual que reúne ciclistas de todo o Brasil e tem por objetivos propagar informações sobre encontros, movimentos ativistas e informações relacionadas ao ciclismo, além de incentivar o uso da bicicleta em suas mais diversas modalidades.

Associação Bike Brasil	Descrição
Perfil	Associação Virtual da Sociedade Civil
Atores e parceiros	Federações Estaduais de Ciclismo
Origem	Internet
Área de influência	Todo o Brasil
Tipo de webativismo	E-Informação

19 Disponível em: <http://www.respirasaopaulo.com.br/>.

20 Disponível em: <http://www.ciclocidade.org.br/>.

21 Disponível em: <http://www.bikebrasil.com.br/>.

22 Disponível em: <http://www.transporteativo.org.br/>.

23 Disponível em: <http://www.ciclobr.com.br/>.

24 Disponível em: <http://www.facebook.com/goodnewsbrasil>.

25 Site fora do ar.

26 Disponível em: <http://www.facebook.com/groups/170958626306460/>.

Áreas de atuação	Esporte, Meio ambiente, Transporte/Mobilidade
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Federações estaduais de ciclismo
Uso das TICs	Website; blog e Facebook
Direcionamento das ações	Grupos específicos (ciclistas)

3.2. Ciclo Br:

O Ciclo Br nasceu de uma iniciativa de dois amigos que criaram um site para a divulgação de viagens ciclísticas, que posteriormente se transformou em um canal de informações para ciclistas, divulgando informações sobre cicloturagens e ciclismo urbano, que se associou às organizações virtuais da Rede Nossa São Paulo.

Ciclo Br	Descrição
Perfil	Organização da Sociedade Civil
Atores e parceiros	Anderson Bicletas e Durban
Origem	Internet
Área de influência	São Paulo - ciclistas
Tipo de webativismo	E-Informação
Áreas de atuação	Esporte, Meio Ambiente e Transporte/ Mobilidade
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Não
Uso das TICs	Website; Facebook, Twitter, e-mail para contato, YouTube e Vimeo para vídeos, e Flickr para imagens
Direcionamento das ações	Grupos específicos (ciclistas)

3.3. Ciclocidade – Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo:

A Ciclocidade é uma organização da sociedade civil que atua com o objetivo de construir uma cidade mais sustentável, baseada na igualdade de acesso a direitos para os ciclistas, promovendo a mobilidade e o uso da bicicleta como instrumento de transformação.

Ciclocidade	Descrição
--------------------	------------------

Perfil	ONG
Atores e parceiros	Instituto CicloBr de Fomento à Mobilidade Sustentável
Origem	Movimento social que se apropriou das TICs
Área de influência	São Paulo
Tipo de webativismo	E-Mobilização; E-Engajamento; E-Informação
Áreas de atuação	Meio Ambiente; Transporte/ Mobilidade; Cidadania
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Instituto CicloBr de Fomento à Mobilidade Sustentável (parceiro)
Uso das TICs	Website; Facebook; Twitter, Flickr, Vimeo, Google+; email, além de reuniões presenciais (associação).
Direcionamento das ações	Ações universalistas

3.4. Cidades Democráticas:

O Cidades Democráticas é um projeto para fomentar iniciativas de participação política dentro do ambiente da rede mundial de computadores, que se apropria das características da Internet para criar uma plataforma de participação colaborativa e formação de comunidades virtuais voltadas para a discussão e apoio de iniciativas de cidadãos para a construção de cidades melhores. O website oferece uma ferramenta de comunicação e mobilização, aberta para a livre participação, pela qual os usuários podem debater temas relacionados a políticas públicas.

Cidades Democráticas	Descrição
Perfil	Comunidade Virtual
Atores e parceiros	Instituto Seva (administrador)
Origem	Internet
Área de influência	Todo o Brasil: maior participação dos cidadãos de Jundiaí e São Paulo
Tipo de webativismo	E-Mobilização; E-Informação; E-Engajamento
Áreas de atuação	Cultura; educação; esporte; meio ambiente; saúde; habitação; transporte/mobilidade; direitos sociais; cidadania; transparência

Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	AVINA; IBM; OMYDIAR NETWORK
Uso das TICs	A plataforma é um website, que é baseado em fóruns de discussão e comunidades interna voltado para a interatividade entre os usuários que podem propor temas para discussões, soluções para os problemas urbanos, apoiar iniciativas de outros usuários, etc.
Direcionamento das ações	Ações universalistas e ações voltadas para grupos específicos

3.5. Good News Brasil:

O Good News Brasil é uma comunidade virtual que atua dentro do Facebook. A página da comunidade é voltada para o compartilhamento e divulgação de informações, notícias, boas iniciativas, boas práticas, leis, etc., sobre diferentes assuntos ligados a esfera pública, que os membros julgam importantes para o público em geral e, especialmente, para o meio ambiente.

Good News Brasil	Descrição
Perfil	Comunidade Virtual (dentro do Facebook)
Atores e parceiros	Nenhum
Origem	Iniciativa da sociedade civil que surge na Internet
Área de influência	Todo o Brasil
Tipo de webativismo	E-Informação; E-Mobilização (não foi possível verificar se houve alguma organização a partir das publicações do grupo)
Áreas de atuação	Educação; Meio Ambiente; Saúde; Cultura; 3º Setor; Empreendimentos Sociais; Alimentação; Gestão Pública; Cidadania; Espiritualidade.
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Não
Uso das TICs	Página no Facebook
Direcionamento das ações	Ações universalistas e ações para grupos específicos

3.6. Hortelões urbanos:

É uma comunidade virtual dentro do Facebook que tem por finalidade a “troca de experiências e informações sobre o cultivo doméstico de alimentos”. É um movimento virtual da sociedade civil que tem por objetivos incentivar a agricultura urbana, plantio de alimentos em casa e fomentar a produção de hortas orgânicas em espaços públicos da cidade de São Paulo. Atualmente, a comunidade na rede social conta com 2.714 membros e possui publicação diária de conteúdos. Dentro desse espaço virtual, o grupo disponibiliza documentos sobre o tema e divulga eventos de atividades correlacionadas.

Hortelões Urbanos	Descrição
Perfil	Comunidade Virtual (dentro do Facebook)
Atores e parceiros	Cidadãos interessados pela agricultura urbana e orgânica; Comunidades relacionadas a plantações e artigos sobre plantações de hortas orgânicas.
Origem	Movimento da sociedade civil que surge na Internet
Área de influência	Principalmente São Paulo, mas pessoas de outras cidades também podem participar
Tipo de webativismo	E-participação, E-deliberação e E-mobilização
Áreas de atuação	Meio Ambiente; Educação; Saúde
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Indefinido
Uso das TICs	Facebook; Blog (pouco ativo); Tumblr (pouco ativo)
Direcionamento das ações	Ações direcionadas para público específico (ambientalistas e simpatizantes)

3.7. Movimento Respira São Paulo:

O Movimento Respira São Paulo tem como objetivo incentivar e estimular a tração elétrica no transporte urbano, pelo aumento da frota de veículos híbridos e elétricos na região metropolitana de São Paulo, visando a redução da emissão de poluentes e melhorar a qualidade de vida do cidadão paulistano. Seu website disponibiliza dados sobre poluição, transporte elétrico e exemplos mundiais de uso dessas tecnologias nas cidades.

Movimento Respira São Paulo	Descrição
Perfil	Movimento da sociedade civil
Atores e parceiros	Indefinido
Origem	Movimento social que se apropriou da Internet
Área de influência	São Paulo
Tipo de webativismo	E-Informação
Áreas de atuação	Meio ambiente; Transporte/Mobilidade
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Memorial do Imigrante; Rede Nossa São Paulo
Uso das TICs	Website (com baixa qualidade e poucos serviços); blog (desatualizado); Facebook (com pouca postagem); Twitter (não possui nenhum tweet)
Direcionamento das ações	Ações universalistas – transporte urbano

3.8. Observatório da Educação:

O Observatório da Educação é um projeto da ONG Ação Educativa, que tem por objetivo produzir e disseminar informações, promover o debate público sobre educação e subsidiar os meios de comunicação, agentes educacionais e movimentos sociais na promoção da educação como direito humano. O Observatório produz um boletim com a análise da cobertura jornalística sobre a educação. Também difunde temas que não tem visibilidade na mídia em geral, ampliando o debate público sobre a educação, por meio do ciberespaço. O cidadão também pode acompanhar, por meio do site, as sessões dos conselhos estadual e municipal de educação de São Paulo. O observatório também desenvolve outros projetos de participação online.

Observatório da Educação	Descrição
Perfil	Organização da sociedade civil (ligada a uma ONG)
Atores e parceiros	Ação Educativa
Origem	Movimento social que se apropriou da Internet
Área de influência	São Paulo
Tipo de webativismo	E-Informação; E-Mobilização; E-consulta; E-engajamento; E-deliberação (debate entre profissionais da

	educação)
Áreas de atuação	Educação; Cidadania
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Fundação AVINA; Evangelischer Entwicklungsdienst (EED) – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento
Uso das TICs	Website (com boa navegabilidade e muitas seções, informações e serviços online); Canal do Youtube; Facebook; Twitter; Blogs
Direcionamento das ações	Ações universalistas e para grupos específicos (professores e educadores)

3.9. Transporte Ativo:

A associação Transporte Ativo é uma organização da sociedade civil que atua na área de mobilidade urbana, incentivando o uso da bicicleta como transporte. Fundada em 2003, a associação busca abrir canais de diálogo com o governo e a sociedade, tentando criar alternativas para o desenvolvimento de políticas públicas para o uso de bicicletas. A Transporte Ativo é formada por entusiastas, especialistas, consultores e autoridades da causa da propulsão humana, da mobilidade sustentável e da qualidade de vida.

Transporte Ativo	Descrição
Perfil	Organização da sociedade civil
Atores e parceiros	Prefeitura do Rio de Janeiro
Origem	Movimento social que se apropriou da Internet
Área de influência	Rio de Janeiro; São Paulo
Tipo de webativismo	E-Informação; E-Mobilização; E-engajamento;
Áreas de atuação	Meio ambiente; transporte/ mobilidade
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Prefeitura do Rio de Janeiro; Banco Itaú; GigaBike; Durban; All Track Bicycles; CopenHagenIzeEu; ITDP; Bicycle Partnership Program; UCB
Uso das TICs	Website; Facebook; Twitter; Instagram
Direcionamento das ações	Ações para grupos específicos (ciclistas)

3.10. Urbanias:

O Urbanias é uma organização da sociedade que desenvolveu um aplicativo²⁷ dentro do Facebook (o usuário também pode baixar o aplicativo no celular) pelo qual qualquer usuário pode localizar e identificar, inclusive com fotos digitais, problemas na cidade de São Paulo. As reclamações feitas são encaminhadas para o órgão público responsável e o Urbanias fica aguardando um retorno. No blog o usuário também pode acompanhar os principais problemas da cidade e emitir opiniões sobre os diferentes assuntos abordados.

Urbanias	Descrição
Perfil	Comunidade Virtual
Atores e parceiros	Catraca Livre
Origem	Iniciativa da sociedade civil que começou na Internet
Área de influência	São Paulo
Tipo de webativismo	E-Informação; E-Mobilização; E-engajamento;
Áreas de atuação	Cidadania; Infra-estrutura; serviços públicos
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Catraca Livre
Uso das TICs	Facebook; Twitter; Blog
Direcionamento das ações	Ações universalistas

3.11. Vote na Web:

O Vote na Web é uma comunidade virtual que promove o debate público em torno dos projetos de lei em votação no Congresso Nacional. O objetivo dessa ação é politizar a sociedade, por meio dos canais de interação e participação da Internet. Pelo site os usuários podem acompanhar, votar e debater o trabalho desenvolvido pelos parlamentares, assim como criar um canal de comunicação e diálogo entre os políticos e os cidadãos.

Vote na Web	Descrição
--------------------	------------------

²⁷Disponível em: <https://apps.facebook.com/urbanias>. Acesso em 27/03/2013.

Perfil	Comunidade Virtual
Atores e parceiros	Webcitizen – empresa que desenvolveu o aplicativo para a participação cidadã
Origem	Iniciativa da sociedade civil que começou na Internet
Área de influência	Todo o Brasil
Tipo de webativismo	E-Informação; E-Mobilização; E-engajamento; E-consulta; E-deliberação
Áreas de atuação	Cultura, educação, saúde, habitação, transparência, esporte, meio ambiente, transporte/mobilidade, direitos sociais e cidadania.
Existem instituições dando legitimidade e força para a ação?	Nenhuma
Uso das TICs	Website; Aplicativo dentro do website
Direcionamento das ações	Ações universalistas

Das onze organizações e comunidades virtuais estudadas, pode-se notar a heterogeneidade de sua composição e perfil de ação política. Existem casos de movimentos sociais ou organizações sociais que se apropriaram das Tecnologias de Informação e Comunicação para criar novas formas de comunicação e participação (Ciclocidade, Movimenta Respira São Paulo, Observatório da Educação e Transporte Ativo) bem como organizações que nasceram dentro da Web (Associação Bike Brasil, Ciclo Br, Cidade Democrática, Good News Brasil, Hortelões Urbanos, Urbanias e Vote na Web), com uma dinâmica mais interativa e com mais variadas ferramentas de participação online.

4) Considerações finais.

Assim como colocam Fuster & Subirats (2012), a democracia não é só um regime político ou forma de governo, existe a necessidade da formação de uma atitude cívica de participação democrática. A atuação da RNSP tem contribuído para o estímulo da participação política, envolvendo novos atores e fortalecendo os espaços já existentes de atuação. As resistências sentidas no desenvolvimento dos projetos indicam a necessidade de uma nova visão sobre a democracia por parte do

Estado e dos partidos políticos, com o intuito de se estabelecer uma nova cultura política.

A melhoria dos canais de comunicação, principalmente por meio da internet, por sua estrutura não hierárquica e colaborativa, pode incorporar os cidadãos nos processos de tomada de decisão e modificar os fluxos do poder simbólico (THOMPSON, 1998). Os resultados da pesquisa apontam para uma avaliação crítica de um caso significativo de articulação da sociedade civil, que se apropria das TICs para ampliar a participação da população junto aos processos de desenvolvimento de políticas públicas. Em um contexto de crescente descentralização das políticas por parte do Estado e a forte presença da técnica e da velocidade no cotidiano dos homens, o caso da RNSP aparece como uma importante oportunidade de se avaliar novas perspectivas de ação política e de participação cidadã.

Considerando-se o estudo das ações e a dinâmica interna da Rede, pode-se observar que apesar de existir um uso intensivo da internet nas atividades, principalmente para o ativismo político, sua utilização obedece uma lógica instrumental, ou seja, é empregada como um canal de comunicação interno e externo que dinamiza o fluxo de informações, torna pública a produção dos dados da RNSP e dos GTs, divulga e mobiliza a população para as ações e serve como mecanismo de controle público das ações da gestão pública. Contudo, o espaço interativo e colaborativo da internet, dentro do espírito da web 2.0, é pouco utilizado. Existem poucas ações que são construídas coletivamente usando as ferramentas colaborativas, também não são realizados fóruns virtuais abertos para a discussão os problemas da cidade, dentro das diferentes perspectivas dos segmentos sociais.

Valoriza-se mais o aspecto pragmático da ação coletiva da sociedade civil, organizada dentro de um paradigma de rede, concentrando a participação dentro dos canais institucionais de representação política (Comissões da Câmara, Audiências públicas, Conferências, Conselhos, etc) e desenvolvendo ações públicas de mobilização e formação política, que pouco exploram as potencialidades de interatividade das novas tecnologias.

No entanto, é preciso compreender a RNSP em um contexto mais amplo. O atual estágio de desenvolvimento técnico, científico e informacional torna possível a convivência de milhões de pessoas nas metrópoles, cujos tempos são tomados pelo mundo do trabalho. A presença da técnica, que tornou possível a verticalização das cidades e a concentração populacional, também tornou possível novos meios de

transporte e de comunicação, estabelecendo uma nova relação espaço-temporal entre os indivíduos. A população, nas sociedades democráticas ocidentais, é cada vez mais afastada da política e a coisa pública parece não lhe dizer respeito. Dentro dessa perspectiva de isolamento do indivíduo é que a internet surge como tecnologia de informação e comunicação capaz de envolver as pessoas sem o prejuízo de outras tarefas.

Parece haver um reconhecimento por parte da RNSP da dificuldade de mobilizar a sociedade e, ao mesmo tempo, da permeabilidade que a internet tem no cotidiano das cidades. As experiências de mobilização através da web tem mostrado que são pouco proficuas se construídas isoladamente. Há, portanto, uma aposta na necessidade de se fazer circular as informações, fortalecer a ação dos grupos já envolvidos com as causas públicas e ocupar os espaços de participação já existentes.

A pesquisa indica que os mecanismos colaborativos propiciados pelas TICs são pouco usados pela RNSP, ainda assim, na avaliação das ações desenvolvidas pela Rede, existe um uso diversificado da internet em todos os projetos, com níveis distintos de intensidade, o que sinaliza sua importância como ferramenta de comunicação, mas não como espaço de atuação política. Contudo, as atuais ações em operação pela RNSP, que não constam na pesquisa por estarem em execução, indicam um maior emprego da internet como ferramenta de mobilização social, principalmente por meio das redes sociais (facebook e Twitter).

A internet funciona como elemento chave, por sua velocidade e praticidade, coincidindo com a realidade da cidade de São Paulo. A dinâmica da urbe inviabiliza as mobilizações políticas tradicionais, pela forma como o trabalho ocupa o tempo das pessoas exaurindo-as e diminuindo a possibilidade de participação. O tempo que sobra é ocupado pela indústria do lazer e pela informação superficial dos telejornais, diminuindo ainda mais o interesse pela política. No entanto, pela internet é possível envolver as pessoas através das redes sociais, como ocorre nos twitaços, nas consultas públicas ou ainda em outros mecanismos de participação. Além disso, a internet acaba por permitir que as experiências ultrapassem os limites do município e cheguem a outros estados brasileiros, ou mesmo buscando idéias em outras cidades do mundo. Essa característica da velocidade parece estar de acordo com o conceito de idade tecnológica de Milton Santos, que permite entender o problema da participação como algo que ultrapassa a realidade material da cidade, e relaciona-se com o estágio de desenvolvimento técnico que permeia as relações urbanas.

Nesse sentido é importante mapear as propostas de ampliação da participação política. Esse artigo procurou contribuir para a compreensão de algumas experiências significativas propostas pela RNSP. É preciso avaliar essas e outras iniciativas com o intuito de medir o grau de permeabilidade das ações de participação política no processo de desenvolvimento das políticas públicas.

Referências bibliográficas

ARAUJO, R., PENTEADO, C. e SANTOS, M (2011). Sociedade Civil Organizada e Novas Tecnologias de Comunicação e Informação: ação cidadã e implementação de políticas públicas na cidade de São Paulo. Paper apresentado no 35o Encontro anual da ANPOCS.Caxambu. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/arquivos/35_Encontro/GTs/GT01/ARAUJO_BURGOS_PENTEADO.pdf. Acesso em 10/04/2012.

EISENBERG, José (2013). Democracia Digital. In: GIOVANNI, Geraldo di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). Dicionário de Políticas Públicas (2v). São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial.

FIABANE, Danielle. (2011), *Controle Social: um novo frame nos movimentos sociais*. Dissertação de mestrado em Administração Pública. São Paulo: EAESP/FGV, 180p.

FLEURY, Sonia (2013). Democracia Deliberativa. In: GIOVANNI, Geraldo di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs). Dicionário de Políticas Públicas (2v). São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial.

GIOVANNI, Geraldo di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs) (2013). Dicionário de Políticas Públicas (2v). São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial.

GOHN, Maria da Glória (2010). Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. In: Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, vol. 46, nº 1, jan/abr.

MACHADO, Jorge Alberto (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul/dez, p. 248-285.

MACINTOSH, Ann (2004). Characterizing E-Participation in Policy-Making. Proceedings of the 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences, Computer Society Press.

MEIJER, Albert; BURGER, Nils; EBBERS, Wolfgang (2009). Citizens4Citizens: Mapping participatory practices on the Internet. In: Electronic Journal of e-Government, 7 (1), p. 99-112.

MICHELS, Ank (2011). Innovations in democratic governance: how does citizen participation contribute to a better democracy? In: International Review of Administrative Sciences. Brussels, Vol. 77: 275.

PAPADOULOS, Yannis. WARIN, Philippe (2007). Are innovative, participatory and deliberative procedures in policy making effective and democratic? In: European Journal of Political Research, 46, pp. 445-472.

PENTEADO, Claudio Luis; ARAÚJO, Rafael; SANTOS, Marcelo Burgos (2012a). Sociedade civil e políticas públicas: o uso da internet pela Rede Nossa São Paulo na articulação política. Paper apresentado no 36º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7821&Itemid=76

PENTEADO, Claudio Luis; SANTOS, Marcelo Burgos; ARAÚJO, Rafael (2012b). Sociedade civil organizada e estratégias de articulação: o caso da Rede Nossa São Paulo. Paper apresentado no 8º Encontro da ABCP, Gramado. Disponível em: http://www.starlinetecnologia.com.br/abcp2012/arquivos/29_6_2012_3_44_33.pdf

FUSTER, Mayo & SUBIRATS, Joan (2012). Crisis de representación y de participación. Son las comunidades virtuales nuevas formas de agregación y participación ciudadana? Arbor Ciencia, Pensamiento y Cultura, vol 188, nº 756, julio.

TAMBOURIUS, E., MACINTOSH, A. COLEMAN, S.; et al. (2007), Introducing eParticipation: DEMO_net Consortium. IST Network of Excellence Project. Disponível em: http://www.ifib.de/publikationsdateien/Introducing_eParticipation_DEMONet_booklet_1.pdf. Acesso em: 10/02/2012.

THOMPSON, J. B. A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.